

REUNIÃO NACIONAL DA
COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO
MAUBERE (CDPM)

(Braga, Fevereiro de 1984)

(Informação aos Órgãos de Comunicação Social)

No último fim de semana, reuniu, em Braga, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (que tem sede em Lisboa e delegações em Porto, Braga e Coimbra, e um pequeno grupo de apoio em Lourosa-Moselos), com os seguintes objectivos:

- fazer o ponto de situação no território e no plano diplomático;
- analisar as realizações levadas a cabo desde a reunião nacional anterior (Novembro de 1983);
- debater as linhas gerais de orientação e definir um programa para 1984.

I - SITUAÇÃO NO TERRENO

Verificou-se que, graças ao crescente apoio do Povo Indonésio à luta de libertação do Povo de Timor-Leste, e apesar do completo bloqueio de novo imposto pelos ocupantes, desde o recomeço das operações militares, de grande envergadura, a partir de Agosto de 1983, as notícias de Timor têm chegado ao exterior com espantosa rapidez, em grande número e com dados precisos sobre ataques das Falintil (forças armadas da Fretilin), nomeadamente os seguintes, referentes ao período de 20 de Novembro de 1983, a 5 de Janeiro de 1984.

- Ataque, na última semana de Novembro de 1983, a uma unidade de forças indonésias próximo de Barique (Sector central) que levou à fuga precipitada destas, deixando atrás de si 5 soldados indonésios mortos, três carros de assalto destruídos, cuñhetes de munições e imenso material de guerra ligeiro e pesado que a Fretilin recuperou;

- Emboscada a uma coluna militar indonésia proveniente do porto de Bétano (costa Sul) causando 7 baixas e a captura de rações de combate, fardamentos e muito material de saúde;

- Assaltos e flagelações de diversos postos indonésios em Taitudak, Man Hat, Aimale Fu e Loi Hunu (na zona central), com prisão de dois sargentos e um cabo indonésios e captura de armas automáticas, granadas e explosivos;

- Ataques aos postos de Aitalik, Dare (Hatu Buílico) e Rotutu, no Sector da Fronteira, causando 17 baixas ao exército indonésio e capturando armas, munições, binóculos, rações de combate e fardamentos;

- Ataque a 6 de Dezembro, a uma coluna militar que seguia na estrada Zumalai-Mape, que provocou numerosas baixas e a destruição de 2 carros de combate. A intervenção de bombardeiros e helicópteros indonésios obrigou as forças da Fretilin a dispersar. Nos dias seguintes a 6ª Companhia das Falintil (responsável pela acção acabada de referir) fez diversos ataques e Suru-Craik, Monte Unil e Raimea;

- Na Ponta Leste as forças indonésias procederam, neste período a bombardeamentos massivos, com artilharia terrestre e naval, e bombardeamentos aéreos, sobre culturas e populações nas áreas ao redor da Laga, Vikeke, Uatu-Lari, Luro, Venilale e Fuiloro, obrigando milhares de pessoas a deslocar-se para as vilas onde grassam a fome e a doença.

- Entre 1 de Dezembro de 1983 e 5 de Janeiro de 1984 foram desencadeadas diversas acções pelas Falintil, quer na Ponta Leste, quer na zona central e Fronteira, nomeadamente em Talo, Fatubessi (zona cafeeícolá) e Balibô (fronteira norte).

Nesse período 269 milicianos timores ao serviço da indonésia passaram-se para o lado da Fretilin.

II - SITUAÇÃO DIPLOMÁTICA

A contrastar com o vigor da resistência, apesar da fome, e da enorme desproporção de forças (que só a desmotivação dos soldados indonésios consegue atenuar...) os órgãos de soberania portugueses continuam a dar mostras de desinteresse e inépcia tendo, aparentemente, abdicado das suas responsabilidades, e sugerindo, por vezes, que é ao Secretário geral da ONU que compete, primordialmente, fazer alguma coisa.

Como sinais de abandono a que os órgãos de soberania, em geral, e o Governo, em Particular têm votado o Povo de Timor-Leste, foram citados, entre outros:

1. A indiferença com que o governo viu partir de Timor a minúscula delegação da Cruz vermelha Internacional e recomeçar a guerra e os massacres da população timorense, e que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Portugueses só denunciou com grande atraso e depois do Ministro dos Negócios Estrangeiros Australiano o ter feito.

2. O desinteresse com que o Governo tem encarado as tomadas de posição dos cinco estados africanos de expressão portuguesa, de cerca de 200 parlamentares europeus, de mais de 100 congressistas americanos, do Senado Australiano e de outras personalidades e organizações internacionais, e que não encontram eco em Lisboa, levando a que, nas reuniões dos cinco estados africanos de expressão portuguesa e noutras instâncias, Portugal seja criticado pela sua inoperância e abandono a que tem votado o povo de Timor-Leste, e responsabilizado pelo decréscimo dos apoios nas votações.

Verifica-se que os órgãos de soberania Portugueses não tem feito o possível e necessário para evitar o progressivo apagamento da questão nas instâncias

internacionais.

3. O alheamento com que o Governo vê chegar e partir os refugiados timorenses e mesmo personalidades de vulto, sem se ocupar da recolha de informações que estes poderiam fornecer e sem lhes solicitar a colaboração na denúncia do genocídio de que está a ser vítima o povo Maubere, o que leva a que as campanhas, nacionais e internacionais, em que alguns refugiados e personalidades timorenses têm participado, são feitas por iniciativa de terceiros, sem qualquer apoio do Estado Português!

4. A falta de dinâmica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que deixa sem informações e instruções precisas a diplomacia portuguesa e mesmo os representantes em organismos internacionais, tais como o embaixador português em Genebra, que, a poucas semanas do possível debate do problema na 3ª Comissão (Direitos do Homem) da ONU continuava sem informações detalhadas do governo sobre as violações recentes dos direitos do Homem em Timor-Leste.

Estes factos de que se tem tido informação por várias fontes, foram denunciados pela imprensa (Tempo, 19.1.84, por ex^o) tendo o governo, só depois disso, chamado os representantes em Genebra e em Nova York para lhes fornecer elementos e instruções (aliás que o Povo Português desconhece, porque não lhes foi dada divulgação...).

5. O desleixo evidenciado na indicação dos deputados que deveriam constituir a Comissão Eventual da Assembleia da República, em que o principal partido da coligação foi o último a fazê-lo levando a que se esgotasse cerca de metade da duração (de 6 meses) prevista para essa Comissão sem que a mesma fosse, sequer, empossada! Isto apesar de nos últimos Congressos do Partido Socialista terem sido aprovadas moções de solidariedade para com o Povo de Timor-Leste e de serem muitas as personalidades socialistas que se têm manifestado profundamente sensíveis e preocupadas com o drama do Povo Maubere.

6. Os muitos silêncios e cumplicidades, que envergonham o País e permitem que o genocídio prossiga, que o Direito Internacional seja completamente violado, que o Artº 297º da Constituição da República Portuguesa continue a ser pouco mais do que letra morta...

Foram referidos por outro lado

a) - O empenhamento demonstrado pelos cinco estados africanos de expressão portuguesa, bem evidenciado na última Cimeira de Bissau (Dezembro de 1983), e na Conferência de Imprensa dada em Jakarta pelo Ministro da Informação da R.P. de Angola, em fins de Janeiro de 1984, e na qual denunciou, vigorosamente, a situação em Timor-Leste.

b) - O interesse pelo problema manifestado por diversas Organizações Não-Governamentais, que se têm preparado para intervir em Genebra, na Comissão dos Direitos do Homem da ONU, e às quais a CDPM enviou um dossier sobre violações dos direitos do

homem em Timor-Leste, compilado graças ao apoio de refugiados e de alguns especialistas estrangeiros, nomeadamente americanos. Salientou-se que estes têm sido incomparavelmente mais dinâmicos e eficientes do que o Estado Português, na recolha de informações sobre a situação do Povo de Timor-Leste.

c) - O interesse do Parlamento Britânico pelo problema e o pedido formulado ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no sentido de que a Fretilin seja também ouvida pelo Secretário Geral da ONU com vista à procura de uma solução que tenha em conta os direitos e a vontade do Povo de Timor-Leste.

d) - A preocupação da Igreja Católica americana e doutros países, relativamente ao drama do Povo Maubere.

e) - A posição assumida em 17 de Novembro de 1983, e pela primeira vez, pelos bispos católicos indonésios, que exprimem a sua solidariedade à Igreja e ao Povo timorense e reclamam o integral cumprimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Esta posição poderá ter que ver com o cancelamento da visita do Papa à Indonésia, que esteve prevista e chegou a ser anunciada para 1984.

f) - O adiamento da visita do Presidente Reagan à Indonésia, provavelmente com o receio de prejudicar a sua imagem de defensor dos direitos do homem, a qual já ficou bastante maculada aquando da visita que o Presidente Suharto fez aos Estados Unidos em Outubro de 1982, e que desencadeou, na opinião pública americana, uma grande onda de preocupação e protesto pelas violações dos direitos humanos em Timor-Leste.

III - TRABALHO DAS CDPM

Foram depois analisadas as realizações levadas a cabo ou apoiadas pelas várias delegações da CDPM, desde a última reunião nacional (em Novembro de 1984), sendo de registar, nomeadamente:

- a) Concerto por Timor-Leste (Lisboa 7/12/83);
- b) Mesa Redonda em V.N.Gaia (7/12/83) e dois espectáculos de solidariedade em 8 e 9/12, no Porto;
- c) Exposição documental e etnográfica no Instituto Universitário Justiça e Paz de Coimbra (Dezembro);
- d) Conferência sobre o problema de Timor-Leste no Centro de Estudos de Relações Internacionais da Universidade do Minho,
- e) Janeiras por Timor-Leste em Lourosa (Natal de 83).

Todas estas acções se enquadraram nas comemorações do 8º aniversário da resistência do Povo de Timor-Leste ao ocupante indonésio, que invadiu o território em 7/1975.

f) No mesmo âmbito se inseriu o envio de propostas às autarquias, no sentido de votarem moções de solidariedade para com o Povo de Timor-Leste. Pelas respostas recebidas verificou-se que 33 Câmaras ou Assembleias Municipais e duas Juntas de Freguesia já tinham aprovado e enviado moções, normalmente aprovadas por unanimidade, aos Órgãos de Soberania e ao S.G. da ONU.

g) Além disso foram elaborados e entregues, aos Órgãos de Comunicação Social, dossiers sobre o problema de Timor-Leste, e aos órgãos de soberania, algumas embaixadas e organizações não governamentais com intervenção na 3ª Comissão (Direitos do Homem) da ONU, em Genebra, um dossier com informações recentes sobre violações dos direitos do homem em Timor-Leste.

h) Foi entregue, em Novembro de 1983, no Centro de Documentação das Nações Unidas em Lisboa, um "Apelo em Favor do Povo de Timor-Leste" com cerca de 180 assinaturas de personalidades portuguesas.

Sabe-se que, entretanto, um outro abaixo assinado, dirigido ao Presidente Reagan dos Estados Unidos, e apelando à defesa dos Direitos Humanos em Timor-Leste e à recusa de emprego de armas americanas no genocídio de que o povo do território está a ser vítima, tem recolhido assinaturas de personalidades de relevo da vida nacional. Embora a iniciativa deste último documento não pertença às CDPMs, julga saber-se que o mesmo será entregue, brevemente, na Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa.

IV - ORGANIZAÇÃO DA CDPM E PLANOS PARA 1984

Foram finalmente tratados problemas organizativos e financeiros da CDPM e estabelecido um plano de acções para 1984, tendo em conta que, segundo representantes dos órgãos de soberania, 1984 é um ano crucial para Timor-Leste.

1.- Assim, pareceu necessário combater o alheamento e a inoperância dos Órgãos de Soberania tão pouco de acordo com a importância capital deste ano para a resolução do problema, e lembrar que as Nações Unidas continuam a considerar Portugal como Potência Administrante de Timor-Leste, e a Constituição da República afirma que "Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste" (Artº 297º).

Por isso torna-se imprescindível que o Estado Português faça diligências eficazes, no sentido de:

a) Recolher e divulgar informações sobre a situação em Timor-Leste e sobre as violações dos direitos do homem nesse território ainda sob responsabilidade portuguesa;

b) Desenvolver campanhas junto da opinião pública nacional e internacional, que lhe permitam apresentar-se com maior vigor e possibilidades de êxito nas instâncias internacionais;

c) Desencadear campanhas diplomáticas sistemáticas e fundamentadas, com vista à sensibilização e melhoria das votações na ONU e noutras instâncias internacionais, sempre que se trate de defesa dos direitos do Povo de Timor-Leste;

d) Implementar os meios necessários à prossecução dos objectivos acima referidos, o que passa, nomeadamente, pela prorrogação do mandato da Comissão Eventual de A.R. e sua dinamização;

e) Reconhecer o papel da Fretilin como único interlocutor válido e possível pelo Povo de Timor-Leste;

f) Afirmação clara, firme e consequente da disposição do Estado Português não abandonar o Povo de Timor-Leste antes deste ver concretizado o direito consignado na Constituição.

2.- Fundamental para qualquer solução do problema conforme ao Direito Internacional e à carta dos Direitos do Homem, é que o Povo de Timor-Leste seja ouvido, e o seu querer respeitado.

De momento a Fretilin é o único interlocutor válido e possível, dentro e fora do território, e como tal deve ser considerada. Isso mesmo está, de algum modo, implícito no facto de o Governo Britânico ter prometido que iria propor que o S. G. da ONU, ou um seu representante, contactasse a Fretilin, no interior do território. E mais explícito está nas conversações que as próprias autoridades indonésias estabeleceram, em Março de 1983, com os dirigentes da Fretilin, numa tenda com a inscrição de R D T L (República Democrática de Timor-Leste) e numa mesa em que só se via a bandeira da Fretilin!

3.- O plano de paz nessa altura proposto pela Fretilin continua a considerar-se como uma proposta legítima e altamente positiva para uma solução que respeite o Direito Internacional e os direitos fundamentais do Povo Maubere, e como tal deve ser tido em conta.

4.- Finalmente, considera a CDPM que é imprescindível a abertura do território às organizações humanitárias e dos direitos do homem, bem como às agências noticiosas internacionais.

Tendo em conta estes quatro pontos fundamentais, foram programadas diversas acções junto dos órgãos de soberania, imprensa, etc.

12 de Fevereiro de 1984

Comissão para os Direitos do Povo Maubere

[Handwritten signature]
Luís Teófilo Pereira